

A REAF Mercosul e a Década da Agricultura Familiar, Camponesa e Indígena - *una mirada hacia adelante?*

Entre os dias 10 e 14 de junho, a XXX Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar do Mercosul, REAF Mercosul, reuniu 130 representantes de governos e sociedade civil em Buenos Aires, Argentina. A expectativa de público na última REAF era menor do que se chegou ao final, devido o baixo orçamento disponível, contudo a participação foi bem expressiva, sobretudo das organizações da sociedade civil da Argentina.

Na pauta estava a construção do Plano da REAF para a concretização da Década da Agricultura Familiar, declarada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em dezembro de 2018, seguindo o Plano de Ação Mundial lançado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) no final de maio de 2019. O objetivo da XXX REAF foi planejar ações regionais. É curioso que a Década dedicada à promoção da Agricultura Familiar Camponesa e Indígena (AFCI) inicie ao mesmo tempo em que a REAF tem como desafio central a retomada do compromisso dos países membro em cumprir a Resolução do Fundo da Agricultura Familiar (FAF), para garantir sua rotina de atividades. O que pode sinalizar, quiçá, o princípio de uma nova fase para REAF.

Para aqueles não familiarizados com a REAF, este espaço de concertação política foi criado em 2004, no âmbito das Reuniões Especializadas do Mercosul. Contudo, a REAF distingue-se das demais justamente por envolver, não apenas representantes dos Ministérios e órgãos governamentais dos países da região, mas também representantes da sociedade civil que atuam com a AFCI, com destaque para a Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul (Coprofam), a Via-Campesina, e organismos multilaterais das Nações Unidas, como a FAO e o FIDA. A REAF é coordenada por representantes governamentais dos países dos Estados Parte do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e países Associados ao Mercosul (Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) e, eventualmente, delegações de outros países. Por exemplo, já estiveram no evento delegações da África do Sul, Costa Rica, Cuba, El Salvador e México.

Embora seja um espaço de natureza apenas consultiva ao Conselho do Mercado Comum do Mercosul, ao longo de seus 15 anos de existência, a REAF consolidou uma agenda efetiva para agricultura familiar na região, a exemplo da influência nas políticas de compras públicas, políticas para as mulheres e

juventude rurais, nos marcos regulatórios para a governança da terra, e na criação dos Registros Nacionais para a Agricultura Familiar. Merece destaque este último ponto que, a partir da Resolução GMC 25/2007 estipula as diretrizes comuns para o reconhecimento da Agricultura Familiar no âmbito do Mercosul e consolida marcos jurídicos na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Conforme o rito do Mercosul, os eventos da REAF seguem um cronograma semestral, na ordem alfabética dos países membros, sendo a sede do evento o país que assume a Presidência Pro-Tempore. Assim, normalmente os eventos regionais ocorrem ao final do primeiro semestre, nos meses de junho e julho e no final do segundo semestre, nos meses de novembro e dezembro. Essa engenharia regional de articulação política foi "azeitada" pela organização das chamadas Seções nacionais da REAF, que passaram a ocorrer nos países, antes das atividades regionais, reunindo internamente seus representantes governamentais e da sociedade civil, para uma prévia concertação antes dos eventos regionais. Nem sempre esta engenharia funcionou bem, contudo, em alguns momentos foi fundamental para que os acordos regionais ocorressem mais rapidamente.

Além disso, a REAF regional estabeleceu Comissões sobre (i) Juventude Rural, (ii) Acesso à Terra e Reforma Agrária, (iii) Equidade de Gênero no Meio Rural, (iv) Mudança

Climática e Gestão de Risco; (v) Facilitação de Comércio e (vi) Registros de Agricultura Familiar, de forma a aprofundar questões sobre estes temas. Cada país deve ter um representante que assume a função de ponto focal da Comissão, sendo responsável por garantir o avanço dos debates. Este trabalho deu origem a documentos que se tornaram resoluções do Mercosul para igualdade de gênero nas políticas públicas para AFCI (*Mercosur/GMC/REC nº 06/08 - Directrices para la igualdad de género en Políticas Públicas para la Agricultura Familiar*); criaram o Fundo para agricultura familiar (*Mercosur/CMC/DEC. Nº 45/08 - Fondo de la Agricultura Familiar del Mercosur - FAF*); estabeleceram diretrizes para políticas de gestão de risco na agricultura familiar (*Mercosur/GMC/REC Nº 03/09 - Directrices para una política de Gestión de Riesgos y Seguro Rural para la Agricultura Familiar*) e para educação rural (*Mercosur/CMC/REC. Nº 02/011 - Educación Rural*); entre tantas outras resoluções.

Destacamos a resolução do Fundo da Agricultura Familiar (FAF), que consiste na forma encontrada pelos países para garantir a manutenção e continuidade da REAF e dos projetos que defendem para a região. Nos primeiros anos de funcionamento, a REAF recebeu suporte técnico e financeiro do FIDA, mas desde a criação do FAF, a mesma vem operando com estes recursos, que servem para garantir a participação sobretudo dos representantes da

sociedade civil dos países e as atividades da Secretaria Técnica, que organiza os eventos, prepara documentos, as Atas, e acompanha os encaminhamentos nos países, além de uma série de atividades pré e pós eventos da REAF.

Entre os destaques da XXX REAF salientamos a realização da primeira Conferência Regional sobre Inocuidade dos Alimentos e Sanidade de Produção para o Desenvolvimento de Políticas Públicas para Agricultura, como parte de um programa de inocuidade para a região, iniciado na REAF Brasil, em 2017. Também ocorreu o Seminário sobre experiências em alianças produtivas pública-privadas para a inclusão sustentável da produção familiar para os mercados, enquanto iniciativa que busca atrair mais atores para o debate sobre a inclusão nas cadeias de valores e da competitividade no setor; e a apresentação de estudos da Coprofam sobre o estado das políticas públicas da AFCI em países do Mercosul Ampliado: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Outro destaque foi a Reunião “Cooperativismo e Associativismo na Agricultura Familiar”, como continuidade do Plano de Trabalho iniciado em 2017, a partir da Recomendação Específica da REC 02/2018 de Fomento do Cooperativismo e associativismo na Agricultura Familiar no Mercosul (MERCOSUL/CMC/REC nº 02/18). Entre as atividades foi apresentado um estudo realizado no Brasil, que mostra que apenas 20% das mulheres cooperativadas assumem

comissões diretivas e espaços de decisões nas cooperativas.

Um espaço especial foi dedicado ao Seminário “Contribuições e desafios para a coprodução de políticas públicas para a agricultura familiar no Mercosul no Marco da Década da Agricultura Familiar”, que ocorreu ao longo do terceiro dia, no período da tarde. A atividade buscou esclarecer os participantes sobre os sete pilares do Plano do Decênio e construir sugestões de estratégias viáveis à realidade da REAF, no curto, médio e longo prazo. O Plano de ação global da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar 2019-2028 surge dentro de uma proposta de construção “de baixo para cima” de política pública, por meio de uma consulta popular iniciada em redes sociais a nível mundial, que resultou em sete pilares essenciais na estrutura do Plano. Busca-se acelerar as medidas coletivas a serem tomadas para apoiar os agricultores familiares, considerados agentes-chave do desenvolvimento sustentável, além de atender os compromissos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

São Pilares do Plano de Ação Global:
1- Criar um ambiente político favorável para fortalecer a agricultura familiar; 2 - Apoiar os jovens e garantir a sustentabilidade geracional da agricultura familiar; 3 - Promover a equidade de gênero na agricultura familiar e o papel de liderança das mulheres rurais; 4 - Fortalecer as organizações de agricultores familiares e sua capacidade de gerar conhecimento, representar seus

membros e fornecer serviços inclusivos no contínuo rural-urbano; 5 - Melhorar a inclusão socioeconômica, a resiliência e bem-estar dos agricultores familiares e as famílias rurais e comunidades; 6 - Promover a sustentabilidade da agricultura familiar para alcançar sistemas alimentares resilientes às mudanças climáticas; 7 - Fortalecer a multidimensionalidade da agricultura familiar para alcançar inovações sociais que contribuem para o desenvolvimento de sistemas e de alimentos regionais que protejam a biodiversidade, meio ambiente e cultura. Os pilares 2 e 3 são considerados transversais, pois implicam a valorização e reconhecimento da mulher e dos jovens na agricultura familiar, visando estimular sua participação e inclusão socioeconômica, promover a equidade e igualdade de gênero e a renovação geracional na agricultura familiar. Os debates sobre os Pilares resultaram em reflexões que comporão o Plano da REAF para a Agricultura Familiar e deverão ser retomados nas seções nacionais.

A situação demanda maior dinamismo das organizações da sociedade civil atuantes na REAF, em vista a uma participação qualificada que garanta a construção e a implementação do Plano para a Década da Agricultura Familiar na região, bem como seções nacionais protagonistas nesse processo. Nota-se, contudo, que na última REAF não houve espaço para as Comissões se reunirem para debater as agendas, tampouco os pontos focais se reuniram, o que foi

considerado atípico. Ausência das reuniões das Comissões para discutir suas agendas, o esvaziamento das delegações pela ausência os pontos focais foram considerados negativos para a funcionalidade da REAF e das políticas para agricultura familiar.

A conjuntura política da região tem reflexo na REAF na medida em que esta é coordenada pelos representantes governamentais, portanto, trocas nas pastas dos Ministérios, Secretarias e Diretorias tendem a alterar os representantes que coordenam a REAF. Esta é a realidade do caso brasileiro com a nova configuração política a partir das eleições de 2018. Neste contexto, as atividades da REAF passaram a ser gerenciadas pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, atualmente vinculada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Na XXX REAF esteve presente o Diretor do Departamento de Cooperativismo e Acesso a Mercados do MAPA, que defendeu a agricultura familiar e se comprometeu com a realização da próxima REAF, pois o Brasil assume a Presidência Pró Tempore do Mercosul.

Entre os desafios eminentes à REAF estão o fim dos recursos do FAF e a incógnita se os governos da região irão manter o Fundo, e em que condições. Conforme apurado, os membros da Secretaria Técnica da REAF têm contratos vigentes até o mês de junho e, posteriormente a este período, não está claro como cada país manterá suas atividades nacionais, tampouco como se dará a articulação regional. Parece ser uma

enorme contradição política: no momento que o mundo inteiro manifesta preocupação para atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (sendo a agricultura familiar objeto e instrumento importante nesse processo) e para promover a agricultura familiar na próxima Década, os países do Mercosul não têm resposta sobre a sustentação financeira da REAF e a continuidade de suas atividades.

No evento defendeu-se a continuidade e o fortalecimento da REAF, inclusive com a possibilidade de se agregar novos atores, sobretudo atores do setor privado, vinculados às cadeias produtivas, considerados potenciais parceiros. Mesmo que controversa esta proposta parece atender preocupações de representantes de governos que exaltaram as questões de mercado para os produtos da agricultura familiar.

A construção do Plano da REAF para promover a Década da Agricultura Familiar sugere uma oportunidade de movimentar as bases, redefinir estratégias e consolidar um novo ciclo da REAF Mercosul. As organizações da sociedade civil saíram empolgadas do Evento e a Década da AFCL, mas, ao mesmo tempo, preocupadas com as incertezas regionais. Neste contexto, indagamos: quais serão as opções políticas dos países membro do Mercosul em relação à REAF e a agricultura familiar?

ZIMMERMANN, Sílvia Aparecida¹
GRISA, Cátia²
WESZ JÚNIOR, Valdemar João³

*Agradecemos gentilmente os comentários atenciosos e precisos de Geise Assis Mascarenhas (Consultora MAPA), em uma versão preliminar deste texto.

Referências Bibliográficas

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO) E PELO FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). Decenio de las Naciones Unidas para la Agricultura Familiar 2019 - 2028. Plan de Acción Mundial. Roma: FAO

Observatório AFLA:

<https://www.observatorioafla.com/>

¹ Pesquisadora OPPA/CPDA/UFRRJ e AFLA/UNILA/UFRGS. Professora do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (UNILA) e do Curso de Pós Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. E-mail:

silvia.zimmermann@unila.edu.br

² Pesquisadora OPPA/CPDA/UFRRJ, AFLA/UNILA/UFRGS e GEPAD/UFRGS. Professora do Departamento Interdisciplinar-Campus Litoral Norte/UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES/UFRGS). E-mail:

catiagrisaufrgs@gmail.com

³ Pesquisador OPPA/CPDA/UFRRJ e AFLA/UNILA/UFRGS. Professor do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (UNILA) e dos Cursos de Pós Graduação em Economia (PPGE/UNILA) e em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA). E-mail:

valdemar.junior@unila.edu.br